Semana dos Povos Indígenas 2017

Povos indígenas, Territórios e Biomas: Berços de Vida, Lutas e Esperança

Em 2017, o Conselho Indigenista Missionário escolheu como tema para a Semana dos Povos Indígenas "***Povos Indígenas, Territórios e Biomas: Berços de Vida, Lutas e Esperança"***. O tema vincula-se ao proposto pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil para a Campanha da Fraternidade deste ano.

Um país de dimensões continentais, como o nosso, que dispõe de água em abundância e de uma variedade tão significativa de biomas deveria ter, como preocupação central e inegociável, a defesa da vida. Contudo, o Brasil tem sido tomado, sob um viés produtivista, unicamente pelo que dispõe de "recursos", e desponta como paraíso para investimentos predatórios, tais como o monocultivo de grãos, a pecuária extensiva e a construção de megaestruturas que destroem os ecossistemas e que colocam em risco suas populações.

São inúmeros os problemas gerados por um modelo exploratório, que vê converter tudo em mercadoria e subjuga os seres vivos aos imperativos de lucratividade e de concorrência do sistema capitalista. Dentro dessa lógica, os povos indígenas e populações tradicionais são vistos como obstáculos e suas distintas maneiras de pensar e de viver são caracterizadas como ultrapassadas, anacrônicas, obsoletas.

Neste texto, partimos de uma breve caracterização dos principais biomas brasileiros, para discutir, em seguida, alguns dos problemas enfrentados pelos povos indígenas e comunidades tradicionais quando seus territórios são invadidos ou quando, sobre eles se estabelecem empreendimentos predatórios. Também pretendemos demonstrar que a manutenção da diversidade destes biomas requer que se conheçam suas características, que se respeite a teia complexa que mantém a vida em equilíbrio em cada contexto.

Os povos indígenas e as comunidades tradicionais têm muito a nos ensinar sobre uma atitude atenta ao meio ambiente, e esta é uma capacidade desenvolvida a partir de seus modos próprios de viver e de entender as relações entre os seres, na terra. Para viver, e não meramente sobreviver, é preciso ver nos outros – pessoas, animais, plantas – não um inimigo ou um concorrente, e sim um elemento que integra a trama da vida e que tem, nela, o seu lugar.

Na cultura ocidental somos desabilitados para a construção de relações respeitosas com o meio que nos cerca. Somos ensinados a pensar que os seres humanos estão acima dos demais seres vivos, e que seria sua tarefa dominar o mundo natural e subjuga-lo à sua vontade. Desse modo, vamos perdendo gradativamente a capacidade de nos afetar e de nos compadecer com cenas de destruição cada vez mais comuns de espécies vegetais e animais, pois passamos a compreendê-las como perdas necessárias para assegurar a construção de um país desenvolvido.

Ironicamente, perdemos também a capacidade de nos sensibilizarmos com a dor de outros seres humanos, especialmente se estes não comungam das mesmas crenças e da mesma disposição de tudo dominar e subjugar. É preciso, portanto, restabelecermos os fios que nos conectam com os outros, e que nos integram à teia da vida. Esta é uma perspectiva ancestral, sabiamente enunciada pelo Cacique Seattle, em 1854, quando o presidente dos Estados Unidos propôs comprar uma grande área das terras do povo Duwamish:

"De uma coisa sabemos. A terra não pertence ao homem: é o homem que pertence à terra, disso temos certeza. Todas as coisas estão interligadas, como o sangue que une uma família. Tudo está relacionado entre si. Tudo quanto agride a terra, agride os filhos da terra. Não foi o homem quem teceu a trama da vida: ele é meramente um fio da mesma. Tudo o que ele fizer à trama, a si próprio fará"

Carta do Cacique Seattle, disponível em:
http://www.ufpa.br/permacultura/carta_cacique.htm

O tema da Semana dos Povos Indígenas nos permite pensar nas múltiplas formas com que se organiza a trama da vida, em diversos biomas brasileiros, e nos convida a refletir sobre os efeitos das ações predatórias em curso, que violam os direitos das populações indígenas e, em última instância, colocam em risco a vida no planeta.

Sobre o equilíbrio frágil das relações entre os seres que constituem o que nós chamamos de "biomas", os povos indígenas costumam utilizar uma linguagem metafórica que concebe todos os envolvidos (sejam eles "humanos", "animais", "vegetais", "elementos geológicos" ou "cursos de água") como pessoas – sujeitos políticos que conversam, brigam, namoram, trocam alimentos ou cantos e podem até guerrear e canibalizar-se entre si. Não são, em nenhuma hipótese, simplesmente "administradores" ou "dominadores" de um lado enquanto do outro estão "espécies" cadastradas, exploradas, gerenciadas e mercantilizadas. Empresas do setor privado e instituições governamentais do Estado brasileiro se dedicam a mapear jazidas de minérios (e discutir regras sobre o processo de autorização de lavra), a determinar o potencial energético de um rio medido em kilowatts ou a calcular o valor financeiro gerado pela exploração turística de determinada paisagem, estes povos – Suruwaha, Paumari, Jamamadi, Yanomami, Ticuna... – passam seus dias prestando atenção ao canto de determinado tipo de cigarra para saber dela se já devem começar a plantar mandioca; criam músicas sobre as viagens do povo das matrinchãs ou o amor que o espírito da embira sente por seu animal de estimação. Ensinam aos seus filhos como agradar ao arumã depois de retirar suas fibras vegetais para fazer um cesto, e planejam a abertura de caminhos baseando-se, entre outros, em critérios como o cuidado para não invadir o território das pessoas-tabocas (que poderão irritar-se com a presença humana e resolver fazer adoecer os transeuntes).

A Semana deve ser um espaço de debates e reflexões sobre a questão indígena no Brasil, bem como para discutir o inaceitável modelo de desenvolvimento econômico que prima pela exploração e destruição do meio ambiente, dos mananciais ecológicos, das águas, rios e mar. A Semana deve ser, também, espaço de denúncia do desrespeito aos direitos dos povos indígenas e das práticas de violência que contra eles são cotidianamente desencadeadas pela omissão ou conivência dos poderes públicos.

Se trata de um momento de esperança, por isso convida as pessoas a estarem atentas e articuladas em torno do bem comum, da justiça e da solidariedade. Há possibilidades de revertermos a realidade de desigualdades, de violências e de destruição. Precisamos refundar os espaços coletivos para partilhar as inquietações e discutir soluções.

A terra e sua importância para os povos indígenas

A terra é para os povos indígenas um elemento central na manutenção das formas de organização social, da religiosidade, das práticas que asseguram a saúde e permitem curar as doenças. A terra é o elo que permite o equilíbrio e o Bem Viver. É por isso que a terra – e a grande trama de vida que nela se constitui – é a principal reivindicação dos povos indígenas em todas as lutas que eles protagonizam.

A relação dos povos indígenas com a terra é explicada pelo antropólogo Eduardo Viveiros de Castro (2016, s/p) nos seguintes termos:

> A terra é o corpo dos índios, os índios são parte do corpo da terra. A relação entre terra e corpo é crucial. A separação entre a comunidade e a terra tem como sua face paralela, sua sombra, a separação entre as pessoas e seus corpos, outra operação indispensável executada pelo Estado para criar populações administradas.

Vivem hoje no Brasil 305 povos indígenas, com uma população de mais de 900 mil pessoas, que falam 274 línguas diferentes, distribuídos em todos os estados brasileiros (IBGE, 2010). Das 1.113 terras indígenas reconhecidas, em processo de reconhecimento pelo Estado brasileiro ou reivindicadas pelas comunidades, até dezembro de 2016, apenas 398, ou 35,75%, tinham seus processos administrativos finalizados, ou seja, haviam sido registradas pela União.

É preciso levar a sério o pensamento indígena e as experiências acumuladas em uma relação milenar com os biomas a que eles estão integrados. Levar a sério é, antes de tudo, não neutralizar as lógicas e explicações. Os modelos usados pela sociedade hegemônica para defini-los é epistemicida, ou seja, busca-se a completa destruição de outras formas de pensar, sentir, filosofar, fazer ciência, economia e se relacionar com o visível e o invisível. Se utilizarmos uma lógica capitalista para interpretar as relações dos povos indígenas com a terra, o resultado será entendermos seus estilos de vida como "pouco produtivos", julgando-os por uma lógica conceitual que para eles não faz o menor sentido. Por isso, o pensamento indígena precisa ser tratado em seus próprios termos. Há um fio condutor integrado nas formas indígenas de entender o mundo, e nelas se concebe a vida humana como elo, numa relação de interdependência com outros elos de uma mesma corrente. Tais concepções sustentam algumas das escolhas que os povos indígenas fazem em seu cotidiano, e que asseguram que seus territórios, quando não invadidos, sejam aqueles em que o ecossistema se mantém mais preservado, diverso e rico. Aprender com os povos indígenas não implica apropriação de

seus conhecimentos sobre o meio ambiente, de suas ciências, não significa tornar nossos os seus saberes, e sim entender que eles têm uma contribuição singular e valiosa a dar, com suas próprias formas de vida e em seus próprios termos. Em termos gerais, um profundo e vasto conjunto de saberes fundamentais ao equilíbrio do planeta e reconhecidos no Brasil e no mundo em seus direitos diferenciados, à terra e humanos.

A demarcação e proteção das terras é um direito dos povos indígenas estabelecido pela Constituição Federal, Art. 231, no qual se afirma que "são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens". Há que se considerar o direito assegurado às demais comunidades tradicionais, tais como os quilombolas, os caiçaras, os ribeirinhos, os pescadores, que também têm sido privados de acesso às suas terras. Muitas destas áreas têm sido pleiteadas para grandes investimentos, bem como para a expansão de fronteiras do agronegócio. O que se vê hoje, no Brasil, é uma ofensiva crescente e voraz sobre os povos, culturas e territórios indígenas.

Apesar dos dispositivos constitucionais, os povos indígenas estão relegados ao abandono e não lhes são destinadas políticas públicas adequadas, capazes de assegurar condições dignas de vida. Comunidades tiveram suas terras invadidas, outras foram transferidas a localidades distantes e, como consequência, territórios entregues a projetos desenvolvimentistas. Aldeias ou acampamentos sobrevivem em porções ínfimas de terra, aguardam os procedimentos demarcatórios debaixo de barracos de lona que não oferecem nenhuma segurança, não dispõem de água e nem de saneamento básico. O poder público, responsável pelo distanciamento dos povos indígenas de suas terras tradicionais, não toma as medidas cabíveis para promover a demarcação e regularização destas terras. Ao contrário, sempre que chamado pela elite agraria atende pleitos privados em detrimento dos direitos de tais nações.

Vivemos tempos difíceis, talvez os mais complexos da história do Brasil. Na política, vemos os efeitos da falta de ética escancarados nas páginas de jornais, nos programas de televisão e na internet. São abundantes as notícias que mostram como tudo se converte em fonte de dinheiro, poder e privilégios. Na economia, se prima pelo lucro fácil e farto, independentemente do modo como se pretende obter, destruindo o meio ambiente, devastando as matas, matando os rios, lagos e toda a fauna e a flora. No âmbito do Poder Judiciário se percebe o afrouxamento das regras quando é para favorecer aqueles que exploram ou aqueles que agem com falta de ética e retidão na condução das políticas públicas.

Como expõe o jurista Dalmo de Abreu Dallari[1]:

> Apesar da clareza desses dispositivos constitucionais, ocorreram e continuam ocorrendo muitas invasões e tentativas de invasão das terras indígenas, visando o apossamento ilegal das terras e a usurpação das riquezas nelas existentes. Os invasores e usurpadores são, principalmente, pessoas e grupos ligados ao agronegócio, à retirada de madeira das florestas e às atividades de mineração, além de outros. Índios e comunidades indígenas foram expulsos de suas terras, por meios violentos, tendo havido mesmo a matança de índios além da expulsão de suas terras e da usurpação de suas riquezas.

1 http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo_id=9106&action=read

Biomas

Biomas são áreas do espaço geográfico caracterizadas por um tipo relativamente uniforme de ambiente, no qual diferentes ecossistemas de seres coexistem e constituem comunidades biológicas. Os biomas são compostos por organismos terrestres e aquáticos que compõem a fauna, a flora, os recifes, as zonas oceânicas, as praias, pântanos, banhados, dunas. Nestes espaços diversificados seres vivos associam-se com equilíbrio entre si e com o meio físico.

Um conjunto de ecossistemas constitui um bioma, e nele os seres vivos adaptam-se e assumem características a partir das condições físicas, climáticas, geográficas e geológicas. É por essa razão que cada bioma é formado por uma diversidade biológica singular. A presença humana pode ter efeitos variados sobre os biomas. Em geral, essa presença tem alterado significativamente o equilíbrio dos sistemas naturais e tem resultado na destruição de ecossistemas e extinção de espécies.

Pelo mundo, o que se vê é o agravamento dos problemas ambientais. Inúmeras pesquisas comprovam que nossa sobrevivência depende de uma delicada e susceptível rede de seres vivos, drasticamente afetada pelas modificações que nela estão ocorrendo em função dos modelos de desenvolvimento colocados em curso. Há um estudo baseado no atual quadro de devastação ambiental apontando que, se nada for feito, até 2030 o Cerrado poderá deixar de existir. A Amazônia não veria o próximo século (Conservação Internacional, 2004). Os impactos do fim destes biomas seriam devastadores para a humanidade. Todavia, os povos que neles vivem lutam para que isso não ocorra.

Os biomas e os povos indígenas

(dados do IBGE, 2004)

No Brasil, existem seis biomas: Amazônia, Caatinga, Mata Atlântica, Pantanal, Pampa e Cerrado. Em todos há presença de povos indígenas, que acabam sendo impactados pelo processo de devastação e destruição promovido pela ação desenvolvimentista do Estado, de empresas e pela ganância de fazendeiros, madeireiros, garimpeiros.

O Bioma Amazônia, abrange os estados do Amazonas, Roraima, Amapá, Pará, Rondônia, Acre, Mato Grosso e Maranhão. É o maior bioma do Brasil, com uma área de 4.196.943 km² (IBGE, 2004), 49,29% do território nacional. Conta com mais de 2.500 espécies de árvores e 30 mil espécies de plantas. O bioma Amazônia faz parte da Bacia Hidrográfica do Amazonas, a maior do planeta, com uma área de aproximadamente 5 846 100 km². Para se ter uma ideia, essa área corresponde quase ao dobro da Bacia do Rio Nilo. O Rio Amazonas, por sua vez, é o maior e mais extenso do mundo e conta com mais de 1100 afluentes. Mais de 180 povos indígenas vivem na Amazônia, além de aproximadamente uma centena de grupos isolados.

Dentre os biomas brasileiros, é o que enfrenta, na atualidade, uma das ofensivas mais brutal. Os rios vêm sendo cobiçados pelas empresas de energia hídrica. Hidrelétricas como Tucuruí, Balbina, Rio Madeira e Belo Monte causaram uma devastação sem precedentes, milhões de hectares foram alagados e toda a biodiversidade existente acabou engolida pelos gigantescos alagamentos. Entre as hidroelétricas que estão construídas, as que estão em construção, as planejadas e as inventariadas, a Amazônia poderá chegar ao absurdo de 298 hidroelétricas[2]. A implementação desses projetos causam a destruição de uma grande parte do bioma e comprometem, por conseguinte, a vida de centenas de povos indígenas e comunidades tradicionais. Além disso, neste bioma ocorre a expansão da pecuária e da monocultura, o que gera a destruição das terras e a contaminação das águas.

O bioma Caatinga, rico em biodiversidade, ocupa uma área de cerca de 844.453 quilômetros quadrados, o equivalente a 11% do território nacional. Está presente nos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Sergipe e o norte de Minas Gerais. Povos indígenas vivem e dependem da Caatinga, pois nela, além do sustento físico, eles alimentam a mística e a religiosidade. Os povos, mais de 70, desenvolvem estratégias de sobrevivência e são aqueles que protegem os conhecimentos sobre as plantas, suas propriedades e seu uso medicinal. Além disso, os povos e as comunidades tradicionais conhecem onde estão situadas as fontes de água e os sinais da natureza acerca das chuvas e os períodos de estiagens.

O Cerrado é o segundo maior bioma da América do Sul, ocupando uma área de 2.036.448 km², cerca de 22% do território nacional. Neste espaço vivem mais de 80 povos indígenas, que lutam contra a grilagem de terra, o assustador aumento dos latifúndios e dos grandes empreendimentos. O Cerrado está sendo devastado, especialmente pelos monocultivos da soja e do milho.

A área é contínua e incide sobre os estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Piauí, Rondônia, Paraná, São Paulo e Distrito Federal, além dos encraves no Amapá, Roraima e Amazonas. Neste espaço territorial encontram-se as nascentes das três maiores bacias hidrográficas da América do Sul (Amazônica/Tocantins, São Francisco e Prata), o que resulta em um elevado potencial aquífero e favorece a sua biodiversidade.

A Mata Atlântica é formada por florestas com diferentes vegetações e ecossistemas associados como as restingas, manguezais e campos de altitude, que se estendiam por cerca 1.300.000 km² em 17 estados do território brasileiro. Hoje o que sobrou da vegetação nativa é reduzido a cerca de 22% de sua cobertura original e encontra-se em diferentes estágios de regeneração. Apenas cerca de 7% estão bem conservados em fragmentos acima de 100 hectares. Além de ser uma das regiões mais ricas do mundo em biodiversidade, tem importância fundamental porque regula o fluxo dos mananciais hídricos e assegura a fertilidade do solo. Neste bioma vivem povos indígenas, especialmente Guarani Mbya, Kaingang, Xokleng e centenas de comunidades quilombolas. No entanto, a devastação é cotidiana e pouco sobra para assegurar fonte de vida e esperança para as populações originárias e tradicionais.

O Pampa está restrito ao estado do Rio Grande do Sul, onde ocupa uma área de 176.496 km². Corresponde a 63% do território estadual e a 2,07% do território brasileiro. As paisagens naturais do Pampa são variadas, de serras a planícies, de morros rupestres a coxilhas. O povos indígenas que habitavam o Pampa foram perseguidos e quase extintos. Habitam as cercanias dos pampas algumas comunidades Guarani Mbya e comunidades quilombolas. Invariavelmente encontram-se longe de seus territórios, vivendo às margens das estradas e rodovias.

O bioma Pampa tem menos de 30% de sua área ainda preservada e onde se pode ver um significativo patrimônio cultural associado à biodiversidade. Por ser um conjunto de ecossistemas antigos, o Pampa apresenta flora e fauna próprias e grande biodiversidade, ainda não completamente descrita pela ciência.

O bioma Pantanal é considerado uma das maiores extensões úmidas contínuas do planeta. Neste bioma os povos indígenas Guató e Terena eram os tradicionais ocupantes. No século XX, passaram a ser perseguidos, massacrados e expulsos de seu território por fazendeiros criadores de gado.

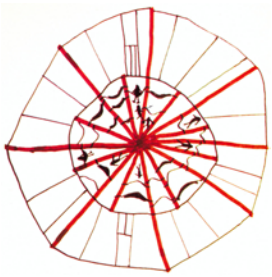
Este bioma é considerado o de menor extensão territorial no Brasil, mas importante para o desenvolvimento de espécies únicas. A sua área aproximada é 150.355 km², ocupando assim 1,76% da área total do território brasileiro. Em seu espaço territorial o bioma, que é uma planície aluvial, é influenciado por rios que drenam a bacia do Alto Paraguai.

Resistência indígena e biomas brasileiros

Há que se destacar que a presença dos povos indígenas e demais comunidades tradicionais como os quilombolas, os coletores de iscas, os ribeirinhos, os caiçaras e os pescadores artesanais ajudam a preservar os biomas. Para se ter uma ideia inclusive do potencial de reavivamento de áreas degradadas nestes biomas, os Pataxó que lutam por suas terras tradicionais na Bahia, exatamente no local da invasão portuguesa ao Brasil, plantaram mais de 20 mil mudas de árvores nativas da Mata Atlântica nos últimos anos. Os Ka'apor, entre 2013 e 2016, fecharam 14 ramais de retirada ilegal de madeira da Terra Indígena Alto Turiaçu, no Maranhão. Os Munduruku conseguiram impedir a destruição da Terra Indígena Sawré Muybu, no Pará, barrando a construção do Complexo Hidrelétrico do Rio Tapajós - o que por conseguinte inundaria milhares de hectares de Floresta. Não há quem melhor proteja um bioma do que o povo que nele vive de forma integrada com as diversas formas de vida ali presentes.

2 *Diagramas topológicos dos aproveitamentos hidrelétricos,* publicado pelo CCPE - Comitê Coordenador do Planejamento da Expansão dos Sistemas elétricos.

Restabelecer a trama da vida



Os povos indígenas e as comunidades tradicionais têm muitas experiências e ensinamentos que nos ajudam a pensar um outro mundo possível. Eles, a partir de seus modos de ser, viver e de se relacionar com a natureza, e entre si, podem orientar a pensar perspectivas no trato com os bens comuns. Nos ensinam que sem a terra viva nós não teremos futuro. Eles nos ajudam a reconhecer que somos parte da terra, que somos seres que só podem existir se estiverem inseridos em ecossistemas sustentáveis e saudáveis.

Demarcar e respeitar os limites dos territórios indígenas é uma das formas de reconhecermos que há outros povos com propriedade e sabedoria para resguardar a diversidade ecológica que existe em nosso país. É também um modo de dar visibilidade a outros pontos de vista sobre o mundo, e a concepções que não cabem nos limites de nossa tradição ocidental.

O Papa Francisco, na Carta Encíclica Laudato Si, ressaltou a necessidade de desenvolvermos novas atitudes em relação a todas as criaturas vivas e ao meio ambiente, pois a preocupação com a natureza e com a justiça são inseparáveis. Em diversas ocasiões ele tem ressaltado a importância das populações indígenas e tradicionais - as mais agredidas e desrespeitadas em todo o mundo. Todos podemos colaborar com a causa ambiental e indígena, colocando nossos dons, talentos, conhecimentos e capacidades a serviço da justiça.

Uma verdadeira abordagem ecológica sempre nos convoca a uma abordagem sociopolítica, atenta aos que sofrem. É preciso desenvolver uma sensibilidade ecológica, aliada a um espírito generoso, para assim assumir a luta em defesa da vida em plenitude. E essa luta se realiza em pequenas ações cotidianas, constituindo-se, assim, estilos de vida sustentáveis, alicerçados em sentimentos de respeito por todas as criaturas. “Assim podemos falar duma fraternidade universal”, afirma a Carta Encíclica (228).

Finalizamos esta reflexão com palavras do Papa Francisco sobre a terra, nossa Casa Comum:

> Esta irmã clama contra o mal que lhe provocamos por causa do uso irresponsável e do abuso dos bens que Deus nela colocou. Crescemos a pensar que éramos seus proprietários e dominadores, autorizados a saqueá-la. A violência, que está no coração humano ferido pelo pecado, vislumbra-se nos sintomas de doença que notamos no solo, na água, no ar e nos seres vivos. Por isso, entre os pobres mais abandonados e maltratados, conta-se a nossa terra oprimida e devastada, que “geme e sofre as dores do parto” (Rm 8, 22). Esquecemo-nos de que nós mesmos somos terra (cf. Gn 2, 7). O nosso corpo é constituído pelos elementos do planeta; o seu ar permite-nos respirar, e a sua água vivifica-nos e restaura-nos. Nada deste mundo nos é indiferente!” (Laudato Si, 2).

REFERÊNCIAS:
https://www.significados.com.br/bioma/
CARTA ENCÍCLICA LAUDATO SI’ DO SANTO PADRE FRANCISCO SOBRE O CUIDADO DA CASA COMUM. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html

Organismo vinculado à CNBB
CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO
www.cimi.org.br

MANDALA: Aplicação de fotos sobre desenho Yanomami
Bioma no território Kaingang-RS (TI Kandóia), foto Leonides | Biomas no território Xakriabá-MG, (TI Xakriabá) fotos Cimi leste
Bioma Caatinga, divulgação Governo Piaui | Enauenê-Nauê, fotos Renato Santana
Guarani Kaiowá-MS - foto de Egon Heck | Jiahui-AM, fotos Ana Mendes | Xerente-TO, fotos Jorge Valente
Kalapalo-Xingu-MT, fotos de Nikolaus Tarouquella | Suruwaha-AM, fotos de Adriana Huber
Tenharim-AM, fotos Patrícia Bonilha | Povos indígenas em Brasília, foto Laila Menezes
Kambiwá-PE, Tupinambá-BA, Irantxe-MT, fotos Renato Santana
Xerente-TO, pág 2, foto Jorge Valente | Kalapalo-MT-Xingu, pág 3, foto de Nikolaus Tarouquella
Povo Suruwaha-AM, pág 4, foto Adriana Huber | Povos indígenas em Brasília, pág 5, foto Laila Menezes
Texto: Roberto A. Liebgott, Iara Bonin, Adriana Huber, Renato Santana, Cleber C. Buzatto | Projeto gráfico: Licurgo S. Botelho

APOIO
ADVENIAT
Für die Menschen in Lateinamerika

@CimiNacional Conselho Indigenista Missionário Cimi